

6

Considerações finais

6.1 Ao fim da travessia

As frases finais de uma pesquisa nos fazem percorrer todo o trabalho desenvolvido, e isso não é nada simples na medida em que não sabemos se a proposta inicial foi cumprida com êxito. Enquanto espreitamos o texto com a lupa que atenta para os detalhes, não conseguimos mensurar a validade daquilo que propomos em cada linha. Contudo, diante da forma como foi construída esta dissertação, tanto as notas introdutórias quanto as considerações finais são imprescindíveis, pois funcionam como a costura da colcha de retalhos.

Os quatro ensaios que compõem este estudo analisaram, separadamente, mas com o mesmo enfoque temático, narrativas jornalísticas sobre crimes violentos nas duas maiores cidades brasileiras. Neste itinerário, o medo aparece como a linha condutora que cerze os argumentos que procuraram focalizar séries de reportagens publicadas em dois dos mais importantes periódicos do país.

De forma transdisciplinar, como requer o próprio objeto de pesquisa, de múltiplas facetas, caminhamos pelos textos que organizam e dão significados às práticas que estão na mira da lei. Como não podia deixar de ser, tendo em vista toda a discussão proposta por inúmeros teóricos no Brasil, a análise de um tema como esse recaiu sobre um leque de questões que não se resolvem e que, por isso, são desafiadoras: cotidiano, conflito, imaginário, ordem, relações sociais, democracia, entre outros.

Por esse viés, as leituras das formas de enunciação tiveram como objetivo uma interpretação de uma parcela do imaginário que é produzido por estas narrativas que todos os dias estão presentes nas páginas dos jornais. O interesse em abordar as formas de enunciar não pretendeu, contudo, negligenciar os conteúdos que são veiculados. Ao abordar as séries como textos em um sentido

amplo, quisemos tratar de forma e conteúdo sem separações estanques. Os significados são, na perspectiva adotada aqui, construídos através da relação entre imagens e palavras diante das circunstâncias que propiciam a circulação dessas mensagens.

Foi isto que objetivamos ao analisar duas perspectivas adotadas pela imprensa para narrar crimes violentos: aquela que aborda a violência no contexto do dia-a-dia da cidade e, por outro lado, aquela que vê a violência urbana como metáfora da guerra. Em ambas, procuramos salientar os artifícios utilizados para enunciar os sentidos da violência e, com isso, analisar não somente a guerra a que estas reportagens se remetem, mas a guerra que é travada na produção do imaginário.

É do controle de significados que estivemos tratando ao longo de todo o estudo, e é por isso que as análises muitas vezes são metafóricas, pois é preciso entrar nos textos e abrir portas: mobilizá-los. Através deste movimento, poderemos lê-los de uma forma mais complexa, esquivando-nos do pânico que assalta o leitor ao ler, como Baudelaire comentou, “o tecido de horrores” da representação panorâmica diária. Neste sentido, é importante retomar alguns aspectos já desenvolvidos.

Apesar de todas as quatro séries abordarem o cotidiano de conflitos e crimes violentos na cidade, notamos algumas diferenças nas formas de construção dos significados. A escolha do *corpus* da pesquisa procurou destacar duas temáticas que são usadas corriqueiramente nas edições de jornais, e que constituem formas de interpretar o que chamamos de realidade urbana. Em uma perspectiva, analisamos a violência “micro”, aquela que está presente no cotidiano. Nessas práticas, notamos que a participação policial está muito relacionada à burocracia. Em outro âmbito, focalizamos a violência que é grandiosa, que exhibe um conflito armado no qual o aparato repressor do Estado aparece em combate.

Em “24 horas” e “Geografia da violência” tratamos de reportagens especiais que adotaram perspectivas diferenciadas e ao mesmo tempo repetitivas em relação ao que é mostrado todos os dias. Isso foi fecundo para a interpretação que propomos, pois essas séries acabaram exacerbando ou eliminando as estratégias corriqueiras do jornalismo diário, tornando evidentes alguns desses mecanismos ou pela ausência ou pela intensa presença. Assim, na primeira parte deste estudo, analisamos a produção de mapas, a primazia da estatística, a visão

panorâmica, os elementos de ficção e a busca do instante como as formas de enunciação mais presentes no ato de narrar a violência do cotidiano.

O tempo é a categoria que organiza, centraliza e dá sentido a todas as histórias que são narradas em “24 horas”. A cronologia e o instante são usados em referência a um modelo narrativo de uma série de televisão de mesmo nome, produzindo um cruzamento entre a ficção e o jornalismo. Essa “violência miúda” ganha visibilidade quando está ligada a outras através de uma enunciação que as relaciona menos pela categoria espacial e mais pela categoria temporal. Dessa forma, saltamos pela cidade seguindo a linha da diacronia e, por vezes, da sincronia de crimes violentos.

“Geografia da violência”, porém, aponta para uma outra forma de organizar e dar sentido ao espaço urbano. O mapa, a estatística e o relato testemunhal são articulados para compor um texto cujo esforço é por demarcar, distinguir, contrastar e localizar. A pesquisa estatística é articulada com a experiência individual na cidade. Desta forma, o cotidiano é relacionado à violência através de uma estratégia que hierarquiza duas formas de conhecimento. O testemunho apenas exemplifica o dado estatístico, exibindo algumas circunstâncias da “estrutura” do dia-a-dia, daquilo que se repete sem cessar.

Essa forma de tornar o crime violento apreensível pela leitura de números e mapas organiza o espaço urbano através da representação, da escrita, da fronteira, mas, ao mesmo tempo, enuncia uma onipresença do risco. Apesar das delimitações que a escrita cartográfica nos proporciona, ela transforma a cidade em um espaço contínuo de perigo, que tem a “bala perdida” como símbolo. Sem limites estabelecidos, a violência evoca o medo por estar no âmbito do acaso, daquilo que é inexplicável, ou seja, trabalha no âmbito das sensações, dos desejos, daquilo que não tem lógica definida.

A estetização da violência é uma característica do imaginário do medo que analisamos. As formas de enunciação utilizam artifícios que fazem do texto um espaço repleto de significações que têm laços pouco consistentes com a lógica racional, marcada pela idéia de causa e consequência. O medo, assim, é produzido por representações que ganham sentido no âmbito emocional de uma sociedade, ou seja, é um poder que trabalha com desejos (um poder libidinal, diria Castro-

Gomez¹). A própria diagramação diferenciada, especialmente elaborada para cada série, é a evidência de que a construção estética é um fator de extrema importância no processo de sedução que caracteriza a produção do imaginário do cotidiano urbano pela imprensa.

Essa valoração estética também é afirmada nas duas séries analisadas na segunda parte da dissertação. Porém, a emergência de fatores políticos mais definidos acaba por contracenar com as enunciações. “Guerra do Rio” e “Guerra urbana” não são coberturas, se podemos denominar dessa maneira, planejadas antecipadamente. Estas séries foram construídas a cada dia, sem que houvesse um “total” delimitado anteriormente. É um conjunto aberto e descontínuo que vai sendo produzido de acordo com o desenrolar dos acontecimentos.

No caso de “Guerra do Rio”, que tem uma longa duração, a construção simbólica de duas sociedades utiliza a violência como vocabulário, designando um bem e um mal, ou seja, uma fronteira. Não se trata de uma geografia física, mas, sim, de uma cartografia político-simbólica, que narra a favela como espaço mítico onde a ilegalidade se sobrepõe à regra. Há um vocabulário específico para definir essa “outra” ordem social: ausência de planejamento do espaço, arquitetura improvisada, concentração de pobreza, ausência da polícia, distribuição de entorpecentes, área de repetidos confrontos armados, *habitat* de criminosos etc. É uma construção binária que define, simbolicamente, essas regiões como áreas de risco. O espaço físico diferenciado acaba se tornando a causa e a cara do medo, como atestam as tentativas de remoção e de cercar as favelas com muros.

A emergência de fatores políticos é, tanto em “Guerra do Rio” quanto em “Guerra urbana”, a produção de um discurso de vitimização a partir de conflitos violentos. A vítima não é o indivíduo, mas, antes, um ideal que está sendo ameaçado. A guerra é a da “ordem” contra a “desordem”. O discurso da vitimização, que é inexoravelmente o discurso do medo, está envolvido com o embate político pela construção das significações no imaginário da violência. Nessa perspectiva, a referência ao termo guerra que aparece nas rubricas representa, também, o conflito de significados.

¹ “A guerra das imagens sobre a guerra será ganha por aquele grupo que melhor utilize o poder libidinal para imprimir sentido, ou seja, que ponha em marcha todos os mecanismos sedutores da imagem para obter o consentimento não coercitivo dos consumidores” (Castro-Gomez, s/d:21) [tradução livre].

Em “Guerra urbana”, há uma idéia de que a organização do crime e a audácia dos bandidos chegara a um patamar nunca antes visto. O medo, nesse sentido, é explicitamente narrado através das modificações que ocorreram na rotina da cidade de São Paulo. Os pares de oposição eram lançados para dar sentido ao “dia em que São Paulo parou”: imagens de lugares vazios durante o dia e superlotação nos transportes; polícia ostensiva e ao mesmo tempo acuada; o respeito às leis e a vingança latente.

Em certo sentido, as quatro séries buscam retratar a violência através de um panorama, que como vimos, é uma estratégia inicialmente adotada por literatos ao tentar descrever os instantes na cidade das multidões. Essa forma de narrar elege o tempo presente como categoria que organiza e centraliza todos os elementos que produzem a significação e que, conseqüentemente, entram em combate no plano do imaginário social.

Essa perspectiva temporal tende a priorizar a visibilidade como forma de elaborar um texto em relação a um fato. Por este viés, a violência que é evocada pela imprensa é de um tipo bem específico. Trata-se daquele tipo visível, que deixa marcas no corpo da vítima, seja ela um indivíduo ou mesmo a cidade. Essa visibilidade é a propriedade fundamental para a produção de textos legíveis, textos que mapeiam uma criminalidade que paira sobre o espaço urbano.

Essa visibilidade, essa vontade de tornar estática uma realidade movente, tende a negligenciar a condição de ser apenas um ponto de vista e, por apontar sempre para o panorama, encena uma totalidade. Assim, o mapa, como vimos, é esse artifício que produz uma realidade ao alcance dos olhos. Mas o que significa narrar a violência urbana através de artifícios que aspiram a essa totalidade da visão?

Michel Foucault já tratara desta questão em um outro contexto, quando analisou a história das instituições penais na França². A arquitetura panóptica, que para o filósofo francês foi uma elaboração decisiva para toda uma mudança que ocorreu, somada a outras, na relação do Estado com a punição dos corpos, parece realmente ser uma referência possível para entendermos a questão da narração jornalística focalizada neste estudo. Essa busca pela visibilidade total através de um ponto de vista é, em certo sentido, a mesma vontade de tornar legível um

² Cf. Foucault, 2006.

objeto dinâmico através de um discurso que se coloca no centro. A ficção deste olhar está nesta ilusão de prover uma perspectiva como a única que proporciona a melhor visão em relação aos fatos. Há a encenação de um esgotamento do tema, priorizando uma fala como a legítima, isto é, o discurso que elabora a vitimização de um ideal. O significado da violência passa ser simplesmente o da ilegalidade, aquela que é passível de ser punida.

A focalização da violência como prática que deve ser estritamente tratada pela eficiência ou ineficiência da penalização acaba por simplificar o conflito cotidiano. Essa delimitação de perspectiva segue, de certa forma, a lógica do aniquilamento da relação entre causa e consequência, como apontada por Roland Barthes ao definir a estrutura do *fait divers*³. Quando só temos acesso aos efeitos da violência, ou seja, aquilo que é visível, que deixa marcas, somos levados a interpretar uma fala que tenta organizar um mundo que perdeu o sentido. O crime violento tem, como aponta Teresa Caldeira⁴, essa potencialidade de mobilizar explicações repetitivas para dar sentido a uma prática que é desnortadora.

Contudo, essa “fala jornalística do crime” se exime de reportar além da ponta do *iceberg*. Sem tempo para reportar mais do que os meros efeitos, o contexto da violência na cidade acaba se tornando a própria repetição do cotidiano, ou uma simplificação que encontra uma causa para todos os problemas. Os textos são explicados por outros textos através de uma repetição descontínua: a redundância ganha espaço em relação às causas, e passa a ser relacionada aos efeitos. Os andaimes da questão da segurança pública são deslocados do debate e só ficamos com o resultado final: o mapa da violência. Não se trata, porém, apenas de uma cartografia, mas, também, de uma dramatização elíptica: a omissão de fatores outros que não aqueles ligados ao cumprimento da lei faz com que a questão seja tratada como a luta entre um bem e um mal.

O imaginário do medo é constituído, também, por essa forma de enunciar que tende a formular uma polarização que identifica pares de oposição: legal e ilegal; centro e periferia; cidade e favela; ordem e barbárie; cidadãos e excluídos. Essa busca pelo mal causador de todos os horrores da violência urbana tem uma característica que é bem fácil de ser detectada em uma rápida leitura das

³ Cf. Barthes, 1970.

⁴ Cf. Caldeira, 2003.

reportagens. A impunidade parece ser reivindicada como a “raiz do problema”. O cumprimento da lei sanaria o tormento.

Quando mencionamos o imaginário como esfera de conflito e por onde valores circulam, estamos, especificamente, tratando de argumentações em torno de uma problemática que atinge toda a sociedade. A repetição da idéia de que só o aparato policial pode resolver a questão da violência está presente não só na fala de determinados grupos da população, mas na própria forma de enunciar proposta pelos jornais analisados. Focalizar o problema somente na atuação sucedida ou mal sucedida da polícia já é uma posição política bem definida, mas que não é exatamente coercitiva. Não se trata de clarificar o argumento, mas de levar a crer que o que lemos é a própria totalidade da realidade.

Assim, para evitar uma análise que permaneça somente na esfera estética, é preciso interpretar o que esses posicionamentos narrativos significam em um contexto mais amplo. Isto é, ao tentar evidenciar a construção de um discurso que forma subjetividades por meio da sedução, estamos com a tarefa de interpretar a violência por um ponto de vista mais complexo, que coloca em cena outros fatores. Dessa forma, o crime violento continuará constituindo um imaginário do medo, mas não aquele marcado pelo pânico, e sim um imaginário que proporcione ferramentas de superação.

Essas ferramentas são aquelas que buscam caminhos democráticos de resolução de conflitos. O jornalismo, por sua importância e amplitude de alcance, não pode negligenciar essa função de mediador e tradutor do problema da segurança pública. Apontar para a (d)eficiência da repressão é o mesmo que traçar uma linha divisória muito bem delimitada entre a ordem e a desordem, entre a lei e a marginalidade. Essa posição constrói um imaginário binário que é incongruente com a história brasileira das relações sociais e culturais com a lei⁵.

Por essa perspectiva, ao atentarmos para os artifícios a partir dos quais a imprensa ajuda a desenvolver o imaginário do medo (o panorama, a estatística, o mapa, o testemunho etc.), o papel da violência ilegal, tanto por parte dos criminosos, quanto por parte da polícia, surge como um ponto-chave, pois sabemos que a fronteira entre o legal e o ilegal é muito difícil de ser estabelecida

⁵ A figura do malandro parece ser a mais recorrente entre os teóricos e literatos para representar essa ambigüidade que perpassa as relações sociais no Brasil. Sobre o assunto, ver Dealtry, 2003.

em países que vivem na periferia do capitalismo (Soares, 2000:23). Esse ponto de vista vem sendo defendido por autores que interpretam a violência e a utilização da força de forma não-oficial ou privada como práticas que sempre estiveram presentes, de alguma forma, na ordem social do país e que, se podemos arriscar, constitui, propriamente, essa ordem.

O argumento de Teresa Caldeira, por exemplo, é de que a ordem social brasileira tem como elemento constitutivo a violência. Segundo a antropóloga, não há como pensarmos uma ordem ideal que nunca existiu ou que foi importada da Europa. Pensar a violência no Brasil é pensar uma mediação que percorre toda a história tanto das relações pessoais, quanto das relações no espaço público. Comenta a autora:

No Brasil, a lei e os abusos são simultaneamente constitutivos das instituições da ordem. Tentar cristalizar essas dimensões como pertencentes a universos opostos é não notar o caráter intrinsecamente flexível dos padrões brasileiros de dominação e o fato de que no Brasil o Estado nunca foi formal e “impessoal” e freqüentemente não se conforma às leis que cria (Caldeira, 2000:142).

Dessa forma, a abordagem focalizada na repressão policial tenta traçar uma linha definida pela lei, no entanto a própria instituição que é responsável por fazer cumpri-la tem características ambivalentes e flexíveis, próprias das ambíguas diferenciações entre o espaço público e o espaço privado que constituem a nossa sociedade.

Em todas as quatro séries, como também na maioria das reportagens relacionados aos crimes violentos no dia-a-dia, a instituição policial é evocada como vértice entre o leitor e o crime. Em “24 horas” a busca pela violência que “não sai no jornal” começa nas delegacias policiais, na burocracia que documenta os crimes; em “Geografia da violência” as estatísticas policiais pautam o mapeamento da cidade; em “Guerra do Rio” a polícia combate o tráfico de drogas; em “Guerra urbana” a polícia é atacada por bandidos.

De fato, seria muito difícil não inserir a polícia em qualquer questão relacionada à violência, mas isso não implica numa simplificação do problema. Seja a violência no cotidiano, seja a violência como “guerra”, os sentidos e interpretações que são apresentados, apesar das diferenças, parecem chegar a um consenso: a “escalada da violência” deve ser combatida com maior repressão.

Sabemos, no entanto, que a prática das leis no Brasil não é um instrumento que iguala os indivíduos, como pretende a tradição do pensamento liberal-democrático, gerando uma indefinição crônica. Essa falta de contornos bem delimitados da esfera pública é um aspecto que está presente todos os dias nas entrelinhas das reportagens.

6.2 Uma interpretação do imaginário do medo



FIGURA 17⁶

No momento de juntar alguns cacos que foram ficando pelo caminho dos capítulos desenvolvidos, me deparei com esta imagem em meio às notícias do cotidiano. Um policial da Delegacia de Roubos e Furtos de Autos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro carrega um bastão de beisebol, com visíveis marcas de uso, contendo a inscrição “direitos humanos”. Ao fundo, as sirenes que alertam a presença da autoridade policial nas ruas da cidade. O modo como o policial segura o bastão é bastante semelhante ao do jogador nos momentos que antecedem a tentativa de rebater o arremesso que vem do centro do campo, para,

⁶ Foto publicada em www.oglobo.com.br, 08/01/08.

com isso, percorrer o circuito e voltar ao ponto de partida. De que maneira uma fotografia como essa pode nos ajudar a interpretar o imaginário do medo?

O imaginário, em sua incessante produção, é uma esfera em que circulam valores de uma sociedade. Por essa razão, podemos considerá-lo uma instituição, se definirmos esta como uma representação de valores que devem ser preservados. Não se trata, contudo, de “um organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos que visa atender a uma necessidade de dada sociedade” (Houaiss, 2001), mas, sim, de uma produção de significados que circulam de forma dinâmica e que torna possível falar sobre determinado tema. Assim, o imaginário tem como base os discursos que são enunciados de diversas maneiras, mas que acabam formando, não sem um embate, conjuntos que exprimem valores, costumes e estruturas sociais.

Por essa tal amplitude do objeto, as formas de abordagem são diversificadas e procuram, em geral, dar conta de determinado aspecto desse conflito que permeia a produção de significados através dos relatos e narrativas que são produzidos diariamente. Nesse sentido, a delimitação, nesse estudo, foi de uma das paixões humanas que mais foram focalizadas em função de formulações políticas e sociológicas.

Ao procurar entender os significados da violência urbana no Brasil atual, ainda no início da pesquisa, nos deparamos com o que definimos como imaginário do medo. Esse imaginário consistia na produção de narrativas que articulavam medo e crimes violentos de uma forma que não privilegiava uma mobilização social para enfrentar o problema. O medo não estava relacionado à esperança. A estrutura de enunciação da imprensa colocava o medo em estreita relação com o pânico, que é sentimento que não consegue ver os seus fundamentos e, por isso, tem tendência totalizante: é um sentimento que restringe o pensamento e que acaba fazendo o indivíduo agir de forma muito emotiva.

Partindo dessa constatação inicial, a pesquisa procurou, através de um conjunto de reportagens e de um embasamento teórico, analisar as formas de produção de um imaginário urbano do medo-pânico e quais eram as implicações dessas narrativas em relação às práticas sociais, políticas e culturais no Brasil contemporâneo.

A abordagem sobre o crime violento que os jornais apresentam tem muita importância para a produção de significados e, conseqüentemente, do imaginário.

O desafio foi, então, contextualizar a fala da imprensa em relação a outras falas que tratam do mesmo tema. Como o objeto era a produção dos significados da violência urbana, tivemos que lidar com outras áreas do pensamento. Por este caminho, chegamos a algumas conclusões, ou melhor, a algumas contradições que precisam ser explicitadas diante da tarefa de interpretar o imaginário do medo.

A amplitude e a diversidade do tema fizeram com que, ao longo do percurso, outras questões fossem surgindo, o que tornava o trabalho mais complexo e desafiador. Algumas dessas questões são ambivalentes e, por isso, nos levaram a análises mais amplas, que dizem respeito não somente ao jornalismo ou ao imaginário do medo, mas às práticas que estão envolvidas com a questão da violência. A imagem do policial que carrega um bastão de beisebol com a inscrição “direitos humanos”, curiosamente, mobiliza, de certa forma, estas problemáticas.

O medo, que é um sentimento muito ligado ao desconhecido e ao inexplicável, surge, também, através das formas de enunciação que focalizam a ineficiência das instituições de repressão, pois esta “ineficiência” está ligada às relações sociais no espaço público. Somos uma sociedade em que as circunstâncias tendem a se sobrepor às regras, ou seja, mesmo que exista uma norma que reja determinada prática, essa prática é costumeiramente guiada por uma “lógica” que está muito ligada ao imaginário social. O problema é que há uma contradição entre o imaginário social e as leis na nossa sociedade: eles não se complementam harmoniosamente, mas conflitivamente. Na sociedade brasileira, segundo interpretação de Marilena Chauí,

as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres concretos e compreensíveis para todos. [...] É uma sociedade na qual as leis sempre foram consideradas inúteis, inócuas, feitas para ser violadas, jamais transformadas ou contestadas; e onde a transgressão popular é violentamente reprimida e punida, enquanto a violação pelos grandes e poderosos sempre permanece impune.

É uma sociedade, conseqüentemente, na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado, de sorte que a vontade e o arbítrio são as marcas dos governos e das instituições “públicas” (Chauí, 2006:105).

Assim, por essa perspectiva, percebemos que a chamada “ordem”, que estampa a bandeira nacional desde o período de maior afirmação do movimento positivista no Brasil, é uma encenação que constitui apenas um ideal que é a todo

momento vitimizado pelos discursos que de forma míope preservam o debate no âmbito policialesco, quando, na verdade, sabemos que historicamente essa “integração nacional” nunca foi pacífica. Hoje, o que nos é novo não é a “escalada da violência”, mas, sim, o contexto internacional ao qual estamos ligados.

O tráfico de drogas e de armas não é um problema nacional, mas atravessa o Brasil de forma perversa, intensificando as relações sócio-econômicas já tão desiguais. Tratar da violência no Brasil somente através de questões penais é uma posição reacionária que é contra qualquer iniciativa de democratização social. De acordo com essa perspectiva, é preferível narrar o medo exibindo somente os efeitos do cotidiano, do que incentivar qualquer tipo de mudança que vá além do aumento da repressão.

Diante desse quadro, as tragédias de cada dia, quando evocadas pelos textos analisados, elaboram uma cidade imaginária, mas, ao mesmo tempo, concreta e palpável. As reportagens são sobre lugares que existem e personagens reais, que não são heróis, mas homens comuns, ordinários, assim como o leitor. Nestas perspectivas, os relatos jornalísticos que tratam do crime violento nas grandes cidades produzem uma simbologia e um vocabulário que constituem um imaginário urbano do medo, afetando profundamente as práticas de democratização do espaço público.

O problema da violência certamente não é uma fantasia criada pelos relatos jornalísticos. No cotidiano das cidades brasileiras nesse começo de século XXI, a situação da segurança pública é realmente preocupante, chegando a ponto de ter mais espaço do que assuntos tradicionais na agenda política do Brasil, como o desemprego e a pobreza. Nesse sentido, ao problematizarmos a fala do medo em função desse contexto da violência, prezamos por uma imprensa que faça pressão por mudanças sociais. Narrar a violência exigindo e focalizando apenas a repressão é o mesmo que continuar assistindo ao jogo de beisebol protagonizado pela imagem.

Ironicamente, o policial usa o bastão como substituto dos Direitos Humanos, rebate o ataque do “opponente”, contorna todo o ciclo do cotidiano e volta ao ponto inicial para marcar mais um ponto diante do público pagante. Isso é o mesmo que aprofundar ainda mais as marcas mais negativas da nossa formação social: o autoritarismo e a imensa desigualdade.

6.3 *Post-Scriptum*

A tarefa de analisar criticamente as variadas facetas da violência no Brasil atual é ambivalente. Como bem notou Luiz Eduardo Soares⁷, o arcabouço teórico que comumente utilizamos no meio acadêmico é valioso, mas não dá conta das especificidades da problemática nacional. Muitos desses pensadores vêm de países cujas circunstâncias históricas limitam as apropriações que poderíamos empreender com o intuito de criar ferramentas teóricas de análise de nossa específica conjuntura. Não podemos negligenciar o fato de que os pensamentos destes autores, que circulam amplamente por vários países através de livros ou mesmo pela Internet, estão, inexoravelmente, dialogando com as sociedades nas quais foram concebidos.

Essa supremacia do pensamento europeu ou americano, causa um estranhamento em quem focaliza a relação que a violência tem com a cultura no Brasil. As questões abordadas aqui e lá convergem e divergem a todo momento, sendo preciso um esforço analítico que seja, também, um esforço de tradução. Não uma tradução da língua, mas, sim, uma tradução que mobilize questões de forma coerente com as idiossincrasias locais. Assim, o analista é também um tradutor: função que se depara com dilemas, indecisões e impossibilidades.

Sem irmos muito longe, evocando um tempo não muito distante da nossa história política, já podemos delinear com mais precisão quais são os componentes que criam essas contradições com as quais os críticos-tradutores se confrontam ao longo do trabalho de pesquisa:

Enquanto, na Europa e nos Estados Unidos, os estudantes lutavam contra a coerção das instituições e as múltiplas opressões exercidas pelos micropoderes que elas engendram, nós aprendemos a lutar pela construção de instituições, mesmo reconhecendo que elas trazem consigo, inexoravelmente, dimensões sombrias e efeitos perversos, exclusões e pequenas tiranias. Enquanto a nova esquerda européia criticava a democracia, entendida como uma barricada anteposta ao desejo, aos seus fluxos, à emancipação radical dos sujeitos, em sua múltipla diversidade interna e externa, nós, ou muitos de nós, no Brasil e na América Latina, nos dedicávamos a colaborar na construção da democracia, entendida como uma barricada anteposta ao poder do Estado ou ao poder absoluto das oligarquias econômicas. [...] Nós falamos de um regime que nunca tivemos e, simultaneamente, temos de apontar os riscos futuros, decorrentes do desdobramento do regime que gostaríamos de ter, no presente (Soares, 2000:26).

⁷ Cf. (Soares, 2000).

Esse caminho duplo é a marca que ainda perdura no trabalho crítico presente em vários campos de debate tanto na esfera acadêmica quanto em outros espaços de discussão, inclusive nos meios de comunicação. De um lado a teoria internacional, de outro a realidade nacional. Essa nossa dificuldade em lidar com teorias tradicionais, desenvolvidas em outros contextos que não o brasileiro ou latino-americano, é muito nítida quando abordamos, de alguma forma, as instituições que criamos. Essas são aparatos que, pensados em contextos específicos, foram disseminados pelo mundo através do que costumamos chamar de tradição liberal-democrática. Na base desta forma de organização social há certos princípios que são narrados como “universais”.

Dentre esses princípios, o controle do arbítrio é um ponto-chave, pois ele asseguraria uma barreira contra o despotismo do Estado. Para tal, é preciso que o arbítrio seja regido através de regras institucionais. Porém, o funcionamento cotidiano é bem diferente da teoria que embasa a criação das instituições⁸, e isso tem forte relação com o tipo de sociedade que emerge destas formalizações do controle social.

No Brasil, como apontam inúmeros autores, as instituições públicas funcionam de maneira peculiar e, muitas vezes, de forma autoritária, justamente por não respeitarem as regras que evitariam o Estado ditatorial. Aí surge a ambivalência: regras “universais” são confrontadas com valores locais que tendem a ser preservados através destes aparatos de controle. Esse conflito mostra que o processo de institucionalização, ou seja, de controle social no Brasil, além de muito recente em comparação com os países de tradição democrática, é extremamente autoritário.

⁸ “As instituições representam o complexo de valores a serem preservados, o conjunto de normas a serem cumpridas, os padrões a serem seguidos, os modelos a servirem de referência e as expectativas de comportamento. [...] São órgãos de controle social, compostos de normas – usos, costumes, leis – que se organizam em torno de objetos culturais, aplicáveis a determinada configuração social, e consagrando-se no desempenho de funções específicas nessa configuração” (Castro & Falcão, 2004:37).